



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA  
Identificação: CIDADES 07  
Data: 24/10/2012



TAXIS-LOTAÇÃO AGUARDAM PASSAGEIROS NO TERMINAL DA AVENIDA DR. CARLOS FIRPO, CENTRO DE ARACAJU

## Sintaxe vai protocolar ação para garantir táxis-lotação em Aracaju

Na manhã desta quarta-feira, dia 24, a Assessoria Jurídica do Sindicato dos Taxistas de Sergipe (Sintaxe) vai entrar com uma ação contra a sugestão das empresas de ônibus em por fim aos serviços de táxi-lotação. De acordo com o presidente da instituição sindical, Manildo Ramos da Costa, a ação de anulação das autorizações de serviço de táxi-lotação em Aracaju foi proposta pela Federação das Empresas de Transportes dos Estados da

Bahia e Sergipe, contra o município de Aracaju e a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), acatado pelo Ministério Público Estadual (MPE) através do promotor de justiça Henrique Ribeiro Cardoso.

"É lamentável essa postura, mas o Sintaxe vai defender a categoria", colocou Manildo, acrescentando que a representação junto à Justiça tem o objetivo de mostrar a importância dos táxis-lotação.

Em Aracaju são 179 táxis-lotação legalizados que tra-

balham há mais de 30 anos entre rádio táxi e bandeirinha. "Diariamente, cada trabalhador atende a uma média de 300 pessoas oferecendo um serviço de qualidade. O sistema de transporte coletivo não funciona a contento, pois tem inúmeras dificuldades", destacou.

Com pontos espalhados por toda a cidade, principalmente no centro da capital sergipana, cerca de 200 táxis-lotação atuam em horários alternados. Além do interior, alguns veículos também

conduzem passageiros para conjuntos como João Alves, Bugio, Fernando Collier e Albano Franco.

**SMTT** - A assessoria de comunicação da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), informou que até o momento o órgão não foi notificado da decisão. Ainda segundo a assessoria, em setembro de 2011 a SMTT contestou a ação na justiça, mas ainda não houve um parecer decisivo.